

RGF 2025

3º
Quadrimestre

Brasília
Dezembro de 2025

Relatório de Gestão Fiscal do Poder Executivo Federal

Brasília, de janeiro de 2026.

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

1. A Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, que estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal, exige, em seu art. 54, a emissão, ao final de cada quadrimestre, pelos titulares dos Poderes e órgãos referidos no art. 20, do Relatório de Gestão Fiscal assinado pelo respectivo Chefe e pelas autoridades responsáveis pela administração financeira e pelo controle interno, bem como por outras autoridades que vierem a ser definidas por ato próprio de cada Poder ou órgão.
2. O Relatório de Gestão Fiscal, consoante determina a supracitada lei, deve conter informações relativas à despesa total com pessoal, dívida consolidada, concessão de garantias e operações de crédito, devendo, no último quadrimestre de cada exercício, ser acrescido de demonstrativos referentes ao montante das disponibilidades de caixa em 31 de dezembro e às inscrições em restos a pagar.
3. Os demonstrativos que compõem o mencionado documento são consolidados, no âmbito do Ministério da Fazenda, pela Secretaria do Tesouro Nacional e avaliados, quanto à consistência dos dados neles contidos, pela Secretaria Federal de Controle Interno, órgão integrante da Controladoria-Geral da União.
4. Determina a mesma Lei que o Relatório de que se trata deverá ser publicado e disponibilizado ao acesso público até trinta dias após o encerramento do período a que corresponder, prazo esse que, para o terceiro quadrimestre de 2025, se encerra em 30 de janeiro do exercício corrente.
5. Assim, e com o objetivo de dar fiel cumprimento àquela determinação legal, cuja finalidade precípua consiste na preservação do princípio constitucional da publicidade,

submetemos a Vossa Excelência o incluso Relatório de Gestão Fiscal do Poder Executivo Federal, referente ao período de janeiro a dezembro de 2025.

6. O referido Relatório deverá ser objeto de encaminhamento ao Congresso Nacional e ao Tribunal de Contas da União, em cumprimento ao disposto no art. 5º, inciso I, da Lei nº 10.028, de 19 de outubro de 2000.

Respeitosamente,

FERNANDO HADDAD
Ministro da Fazenda

VINICIUS MARQUES DE CARVALHO
Ministro da Controladoria-Geral da União

SUMÁRIO

Anexo 1 – Demonstrativo de Despesa com Pessoal, 5

Anexo 2 – Demonstrativo da Dívida Consolidada Líquida, 9

Anexo 3 – Demonstrativo das Garantias e Contragarantias de Valores, 11

Anexo 4 – Demonstrativo das Operações de Crédito, 12

Anexo 5 – Demonstrativo de Disponibilidade e Restos a Pagar, 13

Anexo 6 – Demonstrativo Simplificado do Relatório de Gestão Fiscal, 14

Nota técnica – Demonstrativo das Garantias e Contragarantias de Valores, 15

Metodologia disponível em: <https://www.tesourotransparente.gov.br/publicacoes/metodologia-do-relatorio-de-gestao-fiscal-rgf>.

Anexo 1 – Demonstrativo de Despesa com Pessoal

RGF - Anexo 1(LRF, art.55, inciso I alínea "a")

DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 Meses)												R\$ milhares	
	LIQUIDADAS												INSCRITAS EM RPNP	(b)
	JAN/25	FEV/25	MAR/25	ABR/25	MAY/25	JUN/25	JUL/25	AGO/25	SET/25	OUT/25	NOV/25	DEZ/25	TOTAL (ÚLTIMOS 12 MESES) (a)	
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	24.747.991	22.559.479	23.733.081	28.665.676	25.495.976	34.396.362	30.831.556	26.284.870	25.523.102	26.333.930	38.697.000	28.973.330	336.242.353	1.267.191
Pessoal Ativo	12.728.136	12.427.099	12.317.329	15.463.234	13.554.153	17.081.568	16.711.632	14.453.738	13.766.869	14.324.834	21.295.894	17.128.619	181.253.105	1.071.669
Vencimentos, Vantagens e Outras Despesas Variáveis	11.013.829	10.713.704	10.506.140	13.280.508	11.554.560	15.069.850	14.685.738	12.386.247	11.685.347	12.262.753	17.612.904	14.956.577	155.728.155	585.867
Obrigações Patronais	1.714.307	1.713.395	1.811.891	2.182.726	1.999.593	2.011.718	2.025.894	2.067.491	2.081.522	2.062.081	3.682.991	2.172.042	25.524.950	485.802
Pessoal Inativo e Pensionistas	12.005.489	10.028.854	11.337.358	13.121.253	11.862.994	17.218.760	14.036.418	11.745.265	11.682.630	11.884.868	17.334.374	11.723.322	153.981.585	13.180.6
Aposentadorias, Reserva e Reformas	7.695.905	6.527.898	7.392.405	8.826.811	7.673.838	11.208.058	9.315.398	7.633.412	7.592.233	7.724.008	11.259.858	7.599.289	100.456.113	97.070
Pensões	4.309.584	3.500.956	3.944.953	4.294.442	4.189.156	6.010.702	4.721.020	4.111.852	4.083.397	4.160.860	6.074.516	4.124.033	53.525.472	34.736
Outras despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF)	14.365	103.526	78.393	81.188	78.829	96.035	83.507	85.868	73.603	124.229	66.731	12.1389	1.007.663	63.716
Despesa com Pessoal não Executada Orçamentariamente	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)	4.658.250	4.085.364	3.801.839	3.877.883	4.010.136	5.201.371	9.466.262	4.486.627	2.721.983	3.654.909	4.286.586	3.051.004	53.302.215	186.044
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	21624	65.279	300.704	93.394	36.725	36.889	65.601	73.088	46.583	37.151	33.710	54.598	865.345	2.762
Decorrentes de Decisão Judicial	112.270	244.985	316.972	373.686	238.987	284.353	6.036.224	1.199.569	400.536	380.184	335.256	291.277	10.214.250	147.375
Despesas de Exercícios Anteriores	77.268	44.631	47.051	56.384	41.276	39.490	37.303	46.916	89.541	740.662	69.691	70.477	1.360.690	11.547
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	4.447.088	3.730.469	3.137.112	3.354.419	3.693.147	4.840.639	3.327.184	3.167.055	2.185.323	2.496.963	3.847.930	2.634.652	40.861.930	24.359
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	20.089.741	18.474.115	19.931.242	24.787.793	21.485.840	29.194.991	21.365.295	21.798.244	22.801.118	22.679.021	34.410.414	25.922.326	282.940.139	1.081.147

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL

	VALOR	% SOBRE A RCL
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)	1517.735.497	-
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (VII) = (IIIa + IIIb)	284.021.286	-
% da DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP sobre a RCL (VI) = (VII / IV) * 100	18,713%	
LIMITE MÁXIMO (VIII) (incisos I II e III do art. 20 da LRF) - 37,9%	575.221.753	37,900%
LIMITE PRUDENCIAL (IX) = (0,95 x VIII) (parágrafo único do art. 22 da LRF) - 36,005%	546.460.666	36,005%
LIMITE DE ALERTA (X) = (0,90 x VIII) (inciso IIº do art. 59 da LRF) - 34,1%	517.699.578	34,10%

FONTE: SIAFI-STN/CCONT/GENF

^aO limite máximo do Poder Executivo é de 40,9% destacando-se 3% para as despesas com pessoal do Tribunal de Justiça do Distrito Federal dos Territórios, do Ministério Público do Distrito Federal dos Territórios, do ex-Território de Roraima, do ex-Território do Amapá e do Distrito Federal. A repartição do limite destacado está prevista no Decreto nº 3.917/2001 O Demonstrativo da despesa com pessoal do Ministério Público e da Justiça do Distrito Federal e dos Territórios é divulgado pelos respectivos órgãos.

Notas:

a) Durante o exercício, somente as despesas líquidas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas.

b) A partir de 2008 o elemento de despesa 94 - Indenizações Trabalhistas foi incluído na metodologia de cálculo de Pessoal Inativo e Pensionistas e de Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados.

c) A partir do 2º Quadrimestre de 2008, a fonte de recursos 23 - "Contribuição para o Custeio de Pensões Militares" foi incluída na metodologia de cálculo de Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados, de modo que as despesas custeadas por essa fonte de recursos também passaram a ser excluídas do cálculo do limite das despesas de pessoal, conforme Nota Técnica nº 1611/GSCON/SFC/CGU/PR, de 29 de agosto de 2008.

d) Os valores totais apresentados neste demonstrativo podem eventualmente divergir do somatório das partes em função de arredondamentos.

e) Os valores apresentados incluem as despesas da Defensoria Pública da União, órgão autônomo para o qual não foi ainda estabelecido Limite de Despesa com Pessoal.

f) Em conformidade com o parecer Seinº3974/2024/MF deixaram de ser computadas as despesas com a Rede Sarah.

g) Em 2025, a União alterou a classificação organizacional e programática das despesas de inativos e pensionistas civis dos ex-territórios do Amapá e Roraima. Os dados do Siafi conseguem segregar apenas as despesas com os inativos, pensionistas e reservistas militares dos ex-territórios.

ROGÉRIO CERON DE OLIVEIRA
Secretário do Tesouro Nacional

RONALD DA SILVA BALBE
Secretário Federal de Controle Interno

UNIÃO - Poder Executivo
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
RECURSOS DA UNIÃO PARA AMAPÁ
ORÇAMENTOS FISCAIS DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO DE 2025

RGF - Anexo I(LRF art. 55, inciso I, alínea "a")

R\$ milhares

DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS ² (Últimos 12 Meses)												INSCRITAS EM RPNP (b)	
	LÍQUIDADAS													
	JAN/25	FEV/25	MAR/25	ABR/25	MAI/25	JUN/25	JUL/25	AGO/25	SET/25	OUT/25	NOV/25	DEZ/25	TOTAL (ÚLTIMOS 12 MESES) (a)	
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	25.184	25.209	24.727	24.848	24.714	37.361	429.060	79.547	79.951	82.540	120.038	86.314	1.039.494	0
Pessoal Ativo	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Vencimentos, Vantagens e Outras Despesas Variáveis	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Obrigações Patronais	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Pessoal Inativo e Pensionistas	25.184	25.209	24.727	24.848	24.714	37.361	429.060	79.547	79.951	82.540	120.038	86.314	1.039.494	0
Aposentadorias, Reserva e Reformas	21.791	21.793	21.348	21.471	21.323	31.953	315.927	61.199	60.894	62.788	91.963	66.601	797.051	0
Pensões	3.393	3.415	3.379	3.377	3.391	5.409	115.133	18.347	19.058	19.752	28.075	19.714	242.444	0
Outras despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF)	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Despesa com Pessoal não Executada Orçamentariamente	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)	600	659	235	402	285	235	1.032	529	624	2.797	11.837	272	19.506	0
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	363	423	0	167	50	0	427	246	0	516	0	0	2.192	0
Decorrentes de Decisão Judicial	0	0	0	0	0	0	263	38	40	39	39	39	461	0
Despesas de Exercícios Anteriores	236	236	235	235	235	234	341	245	584	2.242	297	233	5.353	0
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	11.500	0	11.500	0
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	24.584	24.549	24.492	24.447	24.429	37.127	428.028	79.018	79.327	79.743	108.201	86.042	1.019.988	0

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL

	VALOR	% SOBRE A RCL
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)	1517.735.497	-
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (VII) = (IIIa + IIIb)	1019.988	-
% da DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP sobre a RCL (VI) = (VII / IV) * 100		0,067%
LIMITE MÁXIMO (VIII) (incisos I, II e III do art. 20 da LRF) - 0,169% (Decreto nº 3.917/2001) ¹	2.564.973	0,169%
LIMITE PRUDENCIAL (IX) (parágrafo único do art. 22 da LRF) - 0,161%	2.436.724	0,161%
LIMITE DE ALERTA (X) = (0,90 x VIII) (inciso II do art. 59 da LRF) - 0,152%	2.308.476	0,152%

FONTE: SIAFI-STN/CCONT/GEINF

¹O Decreto nº 10.120, de 21 de novembro de 2019, deu nova redação aos incisos do art. 2º do Decreto nº 3.917, de 13 de setembro de 2001.²do valor apresentado em julho de 2025, parte se refere à reclassificação de despesas relativas aos meses anteriores, sendo o montante de R\$ 212.614 mil relativo ao 1º quadrimestre de 2025 (janeiro a abril) e o montante de R\$ 136.730 mil relativo aos meses de maio e junho de 2025.

ROGÉRIO CERON DE OLIVEIRA
Secretário do Tesouro Nacional

RONALD DA SILVA BALBE
Secretário Federal de Controle Interno

UNIÃO - PODER EXECUTIVO
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
RECURSOS DA UNIÃO PARA RORAIMA
ORÇAMENTOS FISCAIS DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO DE 2025

RGF - Anexo 1(LRF, art. 55, inciso I, alínea "a")

R\$ milhares

DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS ² (Últimos 12 Meses)												INSCRITAS EM RPNP (b)	
	LIQUIDADAS													
	JAN/25	FEV/25	MAR/25	ABR/25	MAY/25	JUN/25	JUL/25	AGO/25	SET/25	OUT/25	NOV/25	DEZ/25	TOTAL (ÚLTIMOS 12 MESES) (a)	
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	15.851	15.639	15.863	15.710	15.915	23.550	291.109	53.088	53.895	59.609	80.439	57.552	698.219	0
Pessoal Ativo	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Vencimentos, Vantagens e Outras Despesas Variáveis	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Obrigações Patronais	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Pessoal Inativo e Pensionistas	15.851	15.639	15.863	15.710	15.915	23.550	291.109	53.088	53.895	59.609	80.439	57.552	698.219	0
Aposentadorias, Reserva e Reformas	13.349	13.102	13.220	13.104	13.226	19.635	227.495	42.331	42.855	47.120	64.128	46.049	555.613	0
Pensões	2.502	2.537	2.644	2.606	2.689	3.914	63.614	10.757	11.040	12.490	16.311	11.503	142.607	0
Outras despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF)	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Despesa com Pessoal não Executada Organicamente	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)	154	69	63	63	109	40	478	82	123	6.288	1.874	86	9.430	0
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	114	0	0	0	65	0	0	0	0	400	0	0	579	0
Decorrentes de Decisão Judicial	40	63	63	63	40	40	343	80	80	80	80	80	1.053	0
Despesas de Exercícios Anteriores	0	6	0	0	4	0	135	2	43	5.809	18	6	6.023	0
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1.775	0	1.775	0
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	15.697	15.570	15.800	15.647	15.806	23.510	290.631	53.006	53.772	53.321	78.565	57.466	688.790	0

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL												VALOR	% SOBRE A RCL
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)												1517.735.497	-
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (VII) = (IIIa + IIIb)												688.790	-
% da DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP sobre a RCL (VII) = (VII / IV) * 100													0,045%
LIMITE MÁXIMO (VIII) (incisos I II III do art. 20 da LRF) - 0,099% (Decreto nº 3.917/2001) ¹												1502.558	0,099%
LIMITE PRUDENCIAL (IX) (parágrafo único do art. 22 da LRF) - 0,094%												1427.430	0,094%
LIMITE DE ALERTA (X) = (0,90 x VIII) (inciso II do §º do art. 59 da LRF) - 0,089%												1352.302	0,089%

FONTE: SIAFI- STN/CCONT/GEINF

¹ O Decreto nº 10.120, de 21 de novembro de 2019, deu nova redação aos incisos do art. 2º do Decreto nº 3.917, de 13 de setembro de 2001.² do valor apresentado em julho de 2025, parte se refere à reclassificação de despesas relativas aos meses anteriores, sendo o montante de R\$ 142.882 mil relativo ao 1º quadrimestre de 2025 (janeiro a abril) e o montante de R\$ 94.475 mil relativo aos meses de maio e junho de 2025.

ROGÉRIO CERON DE OLIVEIRA
Secretário do Tesouro Nacional

RONALD DA SILVA BALBE
Secretário Federal de Controle Interno

UNIÃO - PODER EXECUTIVO

RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL

DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL

RECURSOS DA UNIÃO PARA DISTRITO FEDERAL

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A DEZEMBRO DE 2025

RGF - Anexo 1(LRF, art. 55, inciso I, alínea "a")

R\$ milhares

DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 Meses)												INSCRITAS EM RPNP (b)	
	LIQUIDADAS													
	JAN/25	FEV/25	MAR/25	ABR/25	MAI/25	JUN/25	JUL/25	AGO/25	SET/25	OUT/25	NOV/25	DEZ/25	TOTAL (ÚLTIMOS 12 MESES) (a)	
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	1.561.627	1.769.825	1.670.298	717.953	2.518.140	1.842.431	1.605.841	1.608.506	1.620.858	1.613.291	1.923.879	1.802.642	20.255.288	45.709
Pessoal Ativo	780.758	907.875	807.387	316.653	1.209.985	832.244	747.279	751.291	761.915	752.539	870.184	901.037	9.639.147	43.509
Vencimentos, Vantagens e Outras Despesas Variáveis	760.084	887.468	786.823	296.119	1.189.526	814.059	726.865	730.905	741.567	732.219	829.517	878.238	9.373.390	38.299
Obrigações Patronais	20.674	20.407	20.564	20.534	20.458	18.185	20.414	20.386	20.348	20.319	40.667	22.799	265.757	5.210
Pessoal Inativo e Pensionistas	780.869	861.950	862.910	401.299	1.308.155	1.010.187	858.562	857.214	858.943	860.752	1.053.695	901.604	10.616.141	2.200
Aposentadorias, Reserva e Reformas	691.131	753.369	754.604	326.531	1.167.720	872.510	751.190	749.677	751.490	754.288	912.934	796.630	9.282.075	1.786
Pensões	89.738	108.581	108.306	74.769	140.435	137.677	107.372	107.537	107.453	106.464	140.760	104.975	1.334.066	414
Outras despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF)	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Despesa com Pessoal não Executada Orçamentariamente	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)	88.588	135.459	113.014	105.413	130.388	125.694	103.684	113.850	118.875	106.979	157.190	206.635	1.505.770	10.906
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	42.128	60.371	40.319	32.284	58.726	53.511	34.870	37.068	47.343	34.192	30.711	139.453	610.975	10.722
Decorrentes de Decisão Judicial	110	109	104	105	112	111	108	109	110	106	114	121	1.319	0
Despesas de Exercícios Anteriores	3	26	3	1.160	2	80	1.006	1.540	14	2.761	1.006	1.214	8.814	0
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	46.348	74.954	72.589	71.864	71.548	71.992	67.700	75.133	71.409	69.920	125.358	65.848	884.663	184
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	1.473.039	1.634.366	1.557.283	612.540	2.387.751	1.716.737	1.502.156	1.494.655	1.501.982	1.506.312	1.766.689	1.596.006	18.749.518	34.803

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL

	VALOR	% SOBRE A RCL
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)	1.517.735.497	-
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (VII) = (IIIa + IIIb)	18.784.320	-
% da DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP sobre a RCL (VI) = (VII / IV) * 100		1.238%
LIMITE MÁXIMO (VIII) (incisos I, II e III do art. 20 da LRF) - 2,200% (Decreto nº 3.917/2001)	33.390.81	2,200%
LIMITE PRUDENCIAL (IX) (parágrafo único do art. 22 da LRF) - 2,090%	31.720.672	2,090%
LIMITE DE ALERTA (X) = (0,90 x VIII) (inciso II do §º do art. 59 da LRF) - 198%	30.051.163	1980%

FONTE: SIAFI- STN/CCONT/GEINF

¹O Decreto nº 6.334, de 28 de dezembro de 2007, deu nova redação aos incisos do art. 2º do Decreto nº 3.917, de 13 de setembro de 2001.
 ROGÉRIO CERON DE OLIVEIRA
 Secretário do Tesouro Nacional

 RONALD DA SILVA BALBE
 Secretário Federal de Controle Interno

Anexo 2 – Demonstrativo da Dívida Consolidada Líquida

UNIÃO
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO DE 2025

RGF - Anexo 2 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "b")

ESPECIFICAÇÃO	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	R\$ milhares		
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
DÍVIDA CONSOLIDADA - DC (I)	9.967.635.161	10.425.698.272	10.968.303.085	11.545.342.915
Dívida Mobiliária	9.774.068.510	10.253.578.543	10.865.117.555	11.442.439.148
Relações Financeiras entre a União e o BCB (Lei nº 13.820/2019) ¹	95.195.050	0	0	0
Dívida Contratual	91.929.539	98.057.941	88.462.496	92.042.540
Precatórios posteriores a 5.5.2000 (inclusive)*	522.622	67.560.388	7.254.509	4.505.369
Demais	5.919.441	6.501.401	7.468.525	6.355.858
DEDUÇÕES (II) **	2.857.925.135	3.064.409.405	3.266.823.561	3.522.327.985
Ativo Disponível	1.627.514.230	1.737.630.506	1.867.880.881	2.063.884.698
Haveres Financeiros	1.360.404.966	1.501.009.325	1.526.668.872	1.607.517.633
(-) Restos a Pagar Processados ²	-129.994.061	-174.230.426	-127.726.192	-149.074.346
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA - DCL (III) = (I - II)	7.109.710.026	7.361.288.867	7.701.479.524	8.023.014.931
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL	1.430.035.654	1.486.166.039	1.518.925.094	1.517.735.497
% da DC sobre a RCL (I / RCL)	697,02%	701,52%	722,11%	760,70%
% da DCL sobre a RCL (III / RCL)	497,17%	495,32%	507,03%	528,62%
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL - <%>³	-	-	-	-
OUTROS VALORES NÃO INTEGRANTES DA DC	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	R\$ milhares		
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
PASSIVO ATUARIAL	2.489.830.573	2.456.000.037	2.440.875.122	2.445.059.576
RPPS Civil	1.558.348.331	1.558.348.331	1.558.348.331	1.485.945.534
Despesas Previdenciárias do FCDF	88.655.091	88.655.091	88.655.091	86.350.503
Militares Inativos ⁴	488.672.504	468.961.227	461.987.655	486.426.734
Pensões Militares	354.154.647	340.035.388	331.884.045	386.336.805

FONTE: SIAFI - STN/CCONT/GEINF

Nota: Em atendimento aos Acórdãos nº 435/2009-TCU-1ª Câmara e 5403/2009-TCU-1ª Câmara, a partir do 1º Quadrimestre de 2010, o demonstrativo passou a ser apurado a partir dos dados do Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (Siafi)

¹ Em que pese o Manual de Demonstrativos Fiscais (STN, 2022, p. 593) preconizar que as obrigações decorrentes do relacionamento entre União e Banco Central do Brasil constituírem Dívida Mobiliária, tal caracterização é constatada apenas se e quando ocorre a emissão efetiva de títulos públicos pela Secretaria do Tesouro Nacional, conforme estabelece o § 5º do art. 4º da Lei nº 13.820, de 2 de maio de 2019. Enquanto não há a efetiva emissão, as obrigações em questão são apresentadas de maneira segregada à linha “Dívida Mobiliária”.

² O valor evidenciado nesta linha inclui o total de Restos a Pagar inscritos como Processados que aguardam pagamento e o total de Restos a Pagar inscritos com Não-Processados que foram posteriormente liquidados e aguardam, de igual maneira, pagamento. Além disso, por representarem potenciais inscrições de Restos a Pagar em 31 de dezembro, estão somados, também, os valores das despesas liquidadas no exercício financeiro atual que não foram pagas até o 3º Quadrimestre de 2024.

³ Limite em regulamentação. O Poder Executivo encaminhou proposta de limite de endividamento da União para regulamentação pelo Senado Federal.

⁴ Tendo em vista que o passivo atuarial dos militares inativos foram realizados em contas que compõem, também, as pensões militares, o passivo anterior de Militares Inativos foi repetido e excluído da linha Pensões Militares.

ROGÉRIO CERON DE OLIVEIRA
 Secretário do Tesouro Nacional

RONALD DA SILVA BALBE
 Secretário Federal de Controle Interno

UNIÃO
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DETALHAMENTO DO DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO DE 2025

RGF - Anexo 2 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "b")

ESPECIFICAÇÃO	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	R\$ milhares		
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
DÍVIDA CONSOLIDADA - DC (I)	9.967.635.161	10.425.698.272	10.968.303.086	11.545.342.915
Dívida Mobiliária	9.774.068.510	10.253.578.543	10.865.117.555	11.442.439.148
Dívida Mobiliária do TN Interna (em mercado)	6.958.206.651	7.303.987.127	7.837.793.949	8.306.731.840
(-) Aplicações em Títulos Públicos	-2.695.461	-2.512.880	-2.552.335	-1.160.539
Dívida Mobiliária do TN Interna (em carteira BCB)	2.517.512.689	2.692.235.822	2.774.385.516	2.860.607.717
Dívida Securitizada	7.418.345	6.485.249	6.953.353	2.278.189
Dívida Mobiliária Externa	293.626.286	253.383.225	248.537.072	273.981.942
Relações Financeiras entre a União e o BCB (Lei nº 13.820/2019)	95.195.050	0	0	0
Dívida Contratual	91.929.539	98.057.941	88.462.496	92.042.540
Precatórios posteriores a 5.5.2000 (inclusive)*	522.622	67.560.388	7.254.509	4.505.369
Dívida Assumida pela União (Lei nº 8.727/93)	1.922.411	1.804.944	1.737.006	0
Outras Dívidas	3.997.030	4.696.457	5.731.520	6.355.858
Passivos reconhecidos com insuficiência de créditos / recursos	3.997.030	4.696.457	5.731.520	6.355.858
Demais Dívidas	0	0	0	0
DEDUÇÕES (II)	2.857.925.135	3.064.409.405	3.266.823.561	3.522.327.985
Ativo Disponível	1.627.514.230	1.737.630.506	1.867.880.881	2.063.884.698
Depósitos do TN no BCB	1.623.491.188	1.733.916.067	1.864.145.165	2.059.814.676
Depósitos à Vista	4.023.042	3.714.440	3.735.716	4.070.022
Arrecadação a Recolher	0	0	0	0
Haveres Financeiros	1.360.404.966	1.501.009.325	1.526.668.872	1.607.517.633
Aplicações Financeiras	544.758.653	673.665.565	680.917.747	714.800.437
Disponibilidades do FAT	503.916.800	519.158.921	530.597.212	543.464.878
Aplicações de Fundos Diversos Junto ao Setor Privado**	40.841.853	154.506.645	150.320.535	171.335.559
Recursos da Reserva Monetária	0	0	0	0
Renegociação de Dívidas de Entes da Federação	727.039.483	740.057.224	761.373.547	794.074.853
Dívida Renegociada Estados e Municípios (Lei nº 9.496/97 e MP nº 2.185/01)	618.522.265	625.019.359	637.355.143	547.641.656
Créditos da Lei nº 8.727/93	3.944.458	3.888.825	3.782.262	0
Dívida Externa Renegociada (Aviso MF nº 30 e outros)	1.348.145	1.142.297	1.242.899	609.444
Demais Dívidas Renegociadas	189.808.048	198.687.220	210.495.277	341.935.111
Ajustes para Perdas	-86.583.433	-88.680.477	-91.502.033	-96.111.359
Demais Ativos Financeiros	88.606.830	87.286.535	84.377.577	98.642.342
Haveres Externos (Garantias)	0	0	0	0
Outros Créditos Bancários	93.766.981	92.073.212	89.197.686	102.856.997
Ajustes para Perdas	-5.160.151	-4.786.677	-4.820.108	-4.214.655
(-) Restos a Pagar Processados ¹	-129.994.061	-174.230.426	-127.726.192	-149.074.346
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (DCL) (III) = (I - II)	7.109.710.026	7.361.288.867	7.701.479.525	8.023.014.931
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL	1.430.035.654	1.486.166.039	1.518.925.094	1.517.735.497
% da DC sobre a RCL (I/RCL)	697,02%	701,52%	722,11%	760,70%
% da DCL sobre a RCL (III/RCL)	497,17%	495,32%	507,03%	528,62%
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL - <%>	-	-	-	-
OUTROS VALORES NÃO INTEGRANTES DA DC	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2025		
PASSIVO ATUARIAL	2.489.830.573	2.456.000.037	2.440.875.122	2.445.059.576
RPSS Civil	1.558.348.331	1.558.348.331	1.558.348.331	1.485.945.534
Despesas Previdenciárias do FCDF	88.655.091	88.655.091	88.655.091	86.350.503
Militares Inativos	488.672.504	468.961.227	461.987.655	486.426.734
Pensões Militares	354.154.647	340.035.388	331.884.045	386.336.805

FONTE: SIAFI - STN/CCONT/GEINF

* Nota: O valor apresentado na coluna 'Até o 2º Quadrimestre' difere do publicado no RGF relativo ao 2º Quadrimestre de 2025, tendo em vista o abatimento do valor pago na ação OOWU – Sentenças judiciais transitadas em julgado (Precatórios).

** Nota: O valor da coluna "Saldo do Exercício Anterior" apresentado difere em R\$ 753.453,50 do valor publicado no DOU e homologado no Siconf no RGF do 3º quadrimestre de 2024, devido aos registros efetuados por esta Coordenação-Geral de Contabilidade da União (CCONT/STN), após a publicação do RGF, para ajustes na Reserva de Reavaliação por classe de imóvel, conforme recomendação do item 9.1.2 do Acórdão TCU nº 1424/2024-Plenário.

ROGÉRIO CERON DE OLIVEIRA
Secretário do Tesouro Nacional

RONALD DA SILVA BALBE
Secretário Federal de Controle Interno

Anexo 3 – Demonstrativo das Garantias e Contragarantias de Valores

 UNIÃO
 RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DAS GARANTIAS E CONTRAGARANTIAS DE VALORES
 ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
 JANEIRO A DEZEMBRO DE 2025

RGF - Anexo 3 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "c" e art. 40, § 1º)

R\$ milhares

GARANTIAS CONCEDIDAS	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDOS DO EXERCÍCIO DE 2025		
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
AOS ESTADOS (I)	240.499.941	228.949.842	227.621.891	230.986.804
Em Operações de Crédito Externas	137.346.457	127.853.236	121.876.369	122.269.622
Em Operações de Crédito Internas	103.153.484	101.096.606	105.745.522	108.717.182
AOS MUNICÍPIOS (II)	56.385.712	55.416.941	55.620.404	59.019.279
Em Operações de Crédito Externas	31.673.956	29.279.543	28.427.503	29.075.975
Em Operações de Crédito Internas	24.711.755	26.137.398	27.192.901	29.943.304
ÀS ENTIDADES CONTROLADAS (III)	36.972.437	34.588.421	34.719.288	46.641.383
Em Operações de Crédito Externas	31.973.769	29.701.070	29.940.508	31.972.130
Em Operações de Crédito Internas	4.998.668	4.887.351	4.778.781	14.669.253
POR MEIO DE FUNDOS E PROGRAMAS (IV) ⁽¹⁾	20.975.246	18.269.891	17.473.046	17.231.216
FGTS - BNDES ⁽²⁾	764.938	641.035	516.484	390.003
FI/FGTS-BNDES (Contrato s/n, DE 22.12.2008)	0	0	0	0
Fundo de Garantia à Exportação - FGE	15.588.282	13.371.377	13.129.471	13.103.585
Fundo de Garantia Promoção Competitividade - FGPC	0	0	0	0
Garantia de Execução de Contrato/Devolução de Sinal	0	0	0	0
Seguro de Crédito à Exportação - SCE/IRB	0	0	0	0
Prog. Fortalecimento Agric. Familiar - PRONAF/BB	23.186	0	0	0
Prog. Garantia Ativ. Agropecuária - PROAGRO/BACEN	0	0	0	0
Prog. de Recuperação da Lavoura Cacau-eira - BB	533.875	477.803	516.418	482.450
Fundo de Aval para Geração de Emprego e Renda	0	0	0	0
Lei nº 8.036/90 - Risco de Operações Ativas	2.580.776	2.565.800	2.543.246	2.500.305
EMGEA - MP nº 2.155, de 22.06.2001 ⁽²⁾	1.484.189	1.213.876	767.426	754.873
TOTAL GARANTIAS CONCEDIDAS (V) = (I + II + III + IV)	354.833.335	337.225.094	335.434.629	353.878.682
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (VI)	1.430.035.654	1.486.166.039	1.518.925.094	1.517.735.497
% do TOTAL DAS GARANTIAS sobre a RCL	24,81%	22,20%	22,08%	23,32%
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL - 60%	858.021.393	891.699.623	911.355.057	910.641.298
LIMITE DE ALERTA (inciso III do §1º do art. 59 da LRF) - (0,9 x 60%)	772.219.253	802.529.661	820.219.551	819.577.168

CONTRAGARANTIAS RECEBIDAS	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDOS DO EXERCÍCIO DE 2025		
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
DOS ESTADOS (VII)	240.499.941	228.949.842	227.621.891	230.986.804
Em Garantia às operações de Crédito Externas	137.346.457	127.853.236	121.876.369	122.269.622
Em Garantia às operações de Crédito Internas	103.153.484	101.096.606	105.745.522	108.717.182
DOS MUNICÍPIOS (VIII)	56.385.712	55.416.941	55.620.404	59.019.279
Em Garantia às operações de Crédito Externas	31.673.956	29.279.543	28.427.503	29.075.975
Em Garantia às operações de Crédito Internas	24.711.755	26.137.398	27.192.901	29.943.304
DAS ENTIDADES CONTROLADAS (IX)	12.646.705	12.556.332	12.297.800	12.457.391
Em Garantia às operações de Crédito Externas	9.832.930	9.786.483	9.572.838	9.778.296
Em Garantia às operações de Crédito Internas	2.813.775	2.769.848	2.724.962	2.679.095
EM GARANTIAS POR MEIO DE FUNDOS E PROGRAMAS (X)	0	0	0	0
TOTAL CONTRAGARANTIAS RECEBIDAS (XI) = (VII + VIII + IX + X)	309.532.357	296.923.114	295.540.095	302.463.474

FONTE: SIAFI - STN/CCONT/GEINF e CODIV

¹⁾ A partir do 2º Quadrimestre de 2020, as operações por meio de fundos e programas passaram a ser detalhadas pelos fundos identificados por lançamentos no Siafi.²⁾ Os valores relativos a esta linha ainda não se encontram registrados no Siafi.
 ROGÉRIO CERON DE OLIVEIRA
 Secretário do Tesouro Nacional

 RONALD DA SILVA BALBE
 Secretário Federal de Controle Interno

Anexo 4 – Demonstrativo das Operações de Crédito

 UNIÃO
 RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO
 ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
 JANEIRO A DEZEMBRO DE 2025

RGF - Anexo 4 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "d" e inciso III alínea "c")

<u>OPERAÇÕES DE CRÉDITO</u>	VALOR	
	No 3º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
OPERAÇÕES DE CRÉDITO (I)		
Mobiliária	692.280.971	2.464.229.241
Interna	691.389.376	2.462.613.647
Refinanciamento	661.675.677	2.403.009.022
Assunção, Reconhecimento e Confissão de Dívidas (LRF, art. 29, § 1º)	443.905.145	1.719.592.587
Outras Internas - Orçamentárias	0	0
Outras Internas - Extraorçamentárias	217.770.532	683.416.434
Aporte Bacen Lei nº 11.803/2008	0	0
Aporte em Empresas	0	0
Trocas e Demais Operações Internas	0	0
Externa	29.713.699	59.604.626
Refinanciamento	21.697.605	32.820.903
Assunção, Reconhecimento e Confissão de Dívidas (LRF, art. 29, § 1º) ¹	0	0
Outras Operações Mobiliárias Externas	8.016.094	26.783.723
Contratual	891.595	1.615.593
Interna	0	0
Abertura de Crédito	0	0
Assunção, Reconhecimento e Confissão de Dívidas (LRF, art. 29, § 1º)	0	0
Outras Operações Contratuais Internas	0	0
Externa	891.595	1.615.593
Abertura de Crédito - Orçamentárias	891.595	1.615.593
Abertura de Crédito - Extraorçamentárias	0	0
Assunção, Reconhecimento e Confissão de Dívidas (LRF, art. 29, § 1º)	0	0
Outras Operações Contratuais Externas	0	0
APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DOS LIMITES	VALOR	% SOBRE A RCL
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA – RCL	1.517.735.497	–
OPERAÇÕES VEDADAS (II)	–	–
OUTRAS OPERAÇÕES DEDUZIDAS DO LIMITE (III)	1.799.263.416	118,55%
Amortização/Refinanciamento do Principal de Dívidas ¹	1.799.263.416	118,55%
Cancelamento de títulos aceitos em leilões de trocas	0	0,00%
Aporte Bacen Lei 11.803/2008 ¹	0	0,00%
Concessão de Garantias ²	0	0,00%
TOTAL CONSIDERADO PARA FINS DA APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE (IV) = (Ia) + (II) – (III)	664.965.824	43,81%
LIMITE GERAL DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL PARA AS OPERAÇÕES DE CRÉDITO EXTERNAS E INTERNAS³	910.641.298	60,00%
OPERAÇÕES DE CRÉDITO POR ANTECIPAÇÃO DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA	–	–
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL PARA AS OPERAÇÕES DE CRÉDITO POR ANTECIPAÇÃO DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA	–	–

FONTE: SIAFI - STN/CCONT/GEINF e STN/CODIV/GEOFI

¹ Dedução conforme art. 7º, §2º, I da Resolução do Senado Federal nº 48, de 21 de dezembro de 2007, alterada pela Resolução do Senado Federal nº 41, de 8 de dezembro de 2009.² Representa o valor das operações efetuadas no período de referência do relatório, apurado a partir da variação, no período, dos saldos de Garantias Concedidas, demonstrados no Anexo 3 do Relatório de Gestão Fiscal do Poder Executivo Federal, que até este quadrimestre foi de menos R\$ 954,65 milhões. Quando houver redução no valor total de concessão de garantias de um quadrimestre para o outro, essa linha virá zerada, uma vez que não existe concessão negativa de garantias. Além disso, tendo em vista que ainda não é possível separar as concessões de garantia da União com a de outras entidades detalhadas no Anexo 3, consideramos mais prudente manter a linha zerada.³ Limite estabelecido pela Resolução do Senado Federal nº 48, de 21 de dezembro de 2007, válido para cada exercício. Os valores divulgados para o 1º e 2º quadrimestres não devem ser considerados como referência para projeção da evolução anual do indicador, tendo em vista as sazonais das receitas e despesas orçamentárias, em especial as relacionadas à gestão da Dívida Pública Federal.
 ROGÉRIO CERON DE OLIVEIRA
 Secretário do Tesouro Nacional

 RONALD DA SILVA BALBE
 Secretário Federal de Controle Interno

Anexo 5 – Demonstrativo da Disponibilidade de Caixa e Restos a Pagar

PODER EXECUTIVO
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA E RESTOS A PAGAR
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO DE 2025

LDO - Lei nº 14.791, de 29/12/2023, art. 165

GRUPO DE DESTINAÇÃO DE RECURSOS	DISPONIBILIDADE DE CAIXA BRUTA EM 31/12/2024 (a)	RECEITAS LÍQUIDAS DO EXERCÍCIO (b)	DESPESAS PAGAS DO EXERCÍCIO (incluindo Restos a Pagar) (c)	DEMAIS FLUXOS (d)	DISPONIBILIDADE DE CAIXA BRUTA ATUAL (a)	OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS				DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS) (f) = a - (b + c + d + e)	Despesas Empenhadas e Não Liquidadas do Exercício (g)	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (DEPOIS DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS) (h) = (f - g)
						Restos a Pagar Líquidos e Não Pagos do Exercício Anteriores (b)	Restos a Pagar Líquidos e Não Pagos do Exercício Anteriores (c)	Restos a Pagar Empenhados e Não Liquidados de Exercícios Anteriores (d)	Demais Obrigações Financeiras (e)			
TOTAL DE RECURSOS NÃO VINCULADOS/ORDINÁRIOS (I)	202.791.184,246	848.717.287,817	639.827.158,770	178.859.519,288	232.821.794,004	5.544.921,757	29.451.147,170	33.246.227,890	4.649.519,145	159.929.978,042	58.360.086,480	101.569.891,562
TOTAL DE RECURSOS VINCULADOS (II)	1.545.203.247,956	4.867.718.648,640	4.455.581.536,844	16.935.552,695	1.940.404.807,056	2.857.390,921	69.974.055,659	24.294.330,686	22.148.409,142	1.821.130,620,648	161.889.444,987	1.659.241.175,661
1. Educação	37.999.587,565	26.722.464,601	16.876.157,224	20.226.229	47.825.668,713	62.593.714	15.072.012	1.254.515,384	7.610	46.493.479,994	3.661.225,643	42.832.254,352
2. Seguridade Social (exceto Previdência)	113.355.303,799	694.130.932,095	698.714.630,668	1.006.061,494	107.765.543,733	674.971,254	6.373.117,615	8.118.119,759	51.885,672	92.547.449,433	19.427.066,525	73.120.382,908
3. Previdência Social (RPPS)	2.828.462,471	43.032.497,217	31.415.698,893	11.279.766,972	3.165.493,823	1.099,023	2.552.181,750	14.686.710	12.186,668	585.339,671	25.227,866	560.111,805
4. Previdência Social (RGPS)	7.830.620,917	708.957.239,636	657.331.241,644	400.990,203	59.055.628,707	1.814	58.447.940,642	0	144,125	607.542,126	475.013,511	132.528,615
5. Dívida Pública	912.540.320,021	2.588.395.439,292	2.268.833.277,566	-1.253.151,707	1.233.355.633,454	1.580.361,924	10.777,949	10.132.966,296	40.361,926	1.221.591.165,359	41.699.309,933	1.179.891.855,426
6. Transferências a Estados, DF, Municípios	39.399.433,489	585.244.626,398	580.936.068,032	50.212.161	43.657.779,694	0	0	795.572,475	0	42.862.207,219	32.644.576,261	10.217.630,957
7. Fundos, Órgãos e Programas	409.552.388,658	221.235.562,106	201.474.462,818	3.103.754,346	426.209.733,601	538.363,192	2.574.965,691	3.978.470,062	36.437,074	419.081.497,582	63.957.025,247	355.124.472,335
8. Recursos Extraorçamentários	20.802.174,096	0	0	-1.276.684,262	22.078.858,358	0	0	0	22.009.987,736	68.870,622	0	68.870,622
9. Recursos Não Classificados	894.956,938	-112.706	0	3.604.377,259	-2.709.533,027	0	0	0	-2.601,668	-2.706.931,359	0	-2.706.931,359
TOTAL (III) = (I + II)	1.747.994.432,201	5.716.435.936,457	5.095.408.695,615	195.795.071,984	2.173.226.601,060	8.402.312,678	99.425.202,828	57.540.558,576	26.797.928,287	1.981.060.598,690	220.249.531,467	1.760.811.067,223

FONTE: SIAFI - STN/CCONT/GEINF

Notas:

¹ Eventuais recursos vinculados com insuficiência de caixa são compensados pelos recursos ordinários.

* O demonstrativo de dezembro não leva em consideração as deduções realizadas durante o exercício, referentes às contas de variação patrimonial de Reclassificação de Receitas, às operações da Coordenação-Geral de Controle da Dívida Pública (CODIV) e aos limites de Conta Única às unidades do próprio Poder Executivo, que afetam os montantes das colunas (a) Disponibilidade de Caixa Bruta e (c) Demais Obrigações Financeiras. Tais deduções foram realizadas ao longo do exercício para liquidar das contas de Disponibilidade aqueles fluxos que comprometiam a melhor visualização das informações publicadas.

ROGÉRIO CERON DE OLIVEIRA
Secretário do Tesouro Nacional

RONALD DA SILVA BALBE
Secretário Federal de Controle Interno

Anexo 6 – Demonstrativo Simplificado do Relatório de Gestão Fiscal

 UNIÃO - PODER EXECUTIVO
 RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
 ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
 JANEIRO A DEZEMBRO DE 2025

RGF - Anexo 6 (LRF, art. 48)		R\$ milhares
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA		VALOR
Receita Corrente Líquida		1.517.735.497
DESPESA COM PESSOAL	VALOR	% SOBRE A RCL
PODER EXECUTIVO		
Despesa Total com Pessoal - DTP	284.021.286	18,713%
Limite Máximo (incisos I, II e III do art. 20 da LRF) - 37,9%	575.221.753	37,900%
Limite Prudencial (parágrafo único do art. 22 da LRF) - 36,01%	546.460.666	36,005%
Limite de Alerta (inciso II do §1º do art. 59 da LRF) - 34,11%	517.699.578	34,110%
DESPESAS DA UNIÃO COM O AMAPÁ		
Despesa Total com Pessoal - DTP	1.019.988	0,067%
Limite Máximo (incisos I, II e III do art. 20 da LRF) - 0,169% (Decreto nº 3.917/2001) ¹	2.564.973	0,169%
Limite Prudencial (parágrafo único do art. 22 da LRF) - 0,161%	2.436.724	0,161%
Limite de Alerta (inciso II do §1º do art. 59 da LRF) - 0,152%	2.308.476	0,152%
DESPESAS DA UNIÃO COM RORAIMA		
Despesa Total com Pessoal - DTP	688.790	0,045%
Limite Máximo (incisos I, II e III do art. 20 da LRF) - 0,099% (Decreto nº 3.917/2001) ¹	1.502.558	0,099%
Limite Prudencial (parágrafo único do art. 22 da LRF) - 0,094%	1.427.430	0,094%
Limite de Alerta (inciso II do §1º do art. 59 da LRF) - 0,089%	1.352.302	0,089%
DESPESAS DA UNIÃO COM O DISTRITO FEDERAL		
Despesa Total com Pessoal - DTP	18.784.320	1,238%
Limite Máximo (incisos I, II e III do art. 20 da LRF) - 2,200% (Decreto nº 3.917/2001) ¹	33.390.181	2,200%
Limite Prudencial (parágrafo único do art. 22 da LRF) - 2,090%	31.720.672	2,090%
Limite de Alerta (inciso II do §1º do art. 59 da LRF) - 1,980%	30.051.163	1,980%
DÍVIDA	VALOR	% SOBRE A RCL
Dívida Consolidada Líquida	8.023.014.931	528,62%
Limite Definido por Resolução do Senado Federal	-	-
GARANTIAS DE VALORES	VALOR	% SOBRE A RCL
Total das Garantias de Valores	353.878.682	23,32%
Limite Definido pela Resolução do Senado Federal 48/2007 - 60%	910.641.298	60,00%
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	VALOR	% SOBRE A RCL
Operações de Crédito Externas e Internas (Exceto Amortização/Refinanciamento e Demais Deduções)	664.965.824	43,81%
Limite Definido pela Resolução do Senado Federal 48/2007 para Operações de Crédito Externas e Internas - 60%	910.641.298	60,00%
Operações de Crédito por Antecipação da Receita	-	-
Limite Definido pelo Senado Federal para Operações de Crédito por Antecipação da Receita	-	-
DISPONIBILIDADE E RESTOS A PAGAR	INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO)
Valor Apurado	220.249.531	1.981.060.599

Fonte: SIAFI - STN/CCONT/GEINF

 ROGÉRIO CERON DE OLIVEIRA
 Secretário do Tesouro Nacional

 RONALD DA SILVA BALBE
 Secretário Federal de Controle Interno

NOTA TÉCNICA SEI nº 357/2026/MF, de 21/01/2026 – DEMONSTRATIVO DAS GARANTIAS E CONTRAGARANTIAS DE VALORES – ANEXO 3 – LRF, ART. 55, INCISO I, ALÍNEA “C” E ART. 40, § 1º.

1. A presente nota trata do Demonstrativo das Garantias e Contragarantias de Valores, parte integrante do Relatório de Gestão Fiscal, previsto na Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, a ser emitido ao final de cada quadrimestre.

2. Com vistas à publicação do Relatório de Gestão Fiscal referente ao 3º Quadrimestre de 2025, encontra-se, no Anexo I, o Demonstrativo das Garantias e Contragarantias de Valores, em operações de crédito de entes subnacionais, com garantia da União. O quadro, que consolida as informações atinentes a garantias e contragarantias registradas no Sistema Integrado de Administração Financeira - SIAFI, foi elaborado de acordo com as definições e a metodologia descritas no Manual de Demonstrativos Fiscais, 14ª edição, aprovado pela Portaria STN/MF nº 699, de 2023.

RGF - ANEXO 3 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "c" e art. 40, § 1º)

R\$ Milhares

GARANTIAS CONCEDIDAS	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDOS DO EXERCÍCIO DE 2025		
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
AOS ESTADOS (I)	240.499.940,55	228.949.841,58	227.621.890,98	230.986.804,26
Em Operações de Crédito Externas	137.346.456,93	127.853.235,57	121.876.368,52	122.269.622,11
Em Operações de Crédito Internas	103.153.483,62	101.096.606,01	105.745.522,46	108.717.182,15
AOS MUNICÍPIOS (II)	56.385.711,56	55.416.940,76	55.620.404,01	59.019.279,06
Em Operações de Crédito Externas	31.673.956,08	29.279.542,51	28.427.502,79	29.075.975,37
Em Operações de Crédito Internas	24.711.755,48	26.137.398,25	27.192.901,22	29.943.303,69
ÀS ESTATAIS FEDERAIS (III)	27.604.814,69	25.208.729,86	25.537.384,41	37.211.965,06
Em Operações de Crédito Externas	22.606.146,37	20.321.378,86	20.758.603,89	22.542.712,00
Em Operações de Crédito Internas	4.998.668,32	4.887.351,00	4.778.780,52	14.669.253,06
ÀS ENTIDADES CONTROLADAS (IV)	9.367.622,16	9.379.691,46	9.181.903,66	9.429.417,70
Em Operações de Crédito Externas	9.367.622,16	9.379.691,46	9.181.903,66	9.429.417,70
Em Operações de Crédito Internas	-	-	-	-
TOTAL GARANTIAS CONCEDIDAS A OPERAÇÕES DE CRÉDITO (V) = (I + II + III + IV)	333.858.088,96	318.955.203,66	317.961.583,06	336.647.466,08
CONTRAGARANTIAS RECEBIDAS		SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDOS DO EXERCÍCIO DE 2025	
			Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre
DOS ESTADOS (VI)	240.499.940,55	228.949.841,58	227.621.890,98	230.986.804,26
Em Garantia às operações de Crédito Externas	137.346.456,93	127.853.235,57	121.876.368,52	122.269.622,11
Em Garantia às operações de Crédito Internas	103.153.483,62	101.096.606,01	105.745.522,46	108.717.182,15
DOS MUNICÍPIOS (VII)	56.385.711,56	55.416.940,76	55.620.404,01	59.019.279,06
Em Garantia às operações de Crédito Externas	31.673.956,08	29.279.542,51	28.427.502,79	29.075.975,37
Em Garantia às operações de Crédito Internas	24.711.755,48	26.137.398,25	27.192.901,22	29.943.303,69
DAS ESTATAIS FEDERAIS (VIII)	3.279.083,16	3.176.640,39	3.115.896,13	3.027.973,38
Em Garantia às operações de Crédito Externas	465.307,73	406.791,93	390.934,16	348.878,37
Em Garantia às operações de Crédito Internas	2.813.775,43	2.769.848,46	2.724.961,97	2.679.095,01
DAS ENTIDADES CONTROLADAS (IX)	9.367.622,16	9.379.691,46	9.181.903,66	9.429.417,70
Em Garantia às operações de Crédito Externas	9.367.622,16	9.379.691,46	9.181.903,66	9.429.417,70
Em Garantia às operações de Crédito Internas	-	-	-	-
TOTAL CONTRAGARANTIAS RECEBIDAS (X) = (VI + VII + VIII + IX)	309.532.357,43	296.923.114,19	295.540.094,78	302.463.474,40

3. Além do Manual de Demonstrativos Fiscais, foram seguidas as determinações contidas no art. 4º, inciso II, da Instrução Normativa nº 59, aprovada pelo TCU em 12/08/2009. Nesse sentido, conforme segue abaixo, são apresentados, nos anexos a esta Nota, a relação de novos contratos garantidos pela União em operações de crédito externo e o total honrado pela União em parcelas inadimplidas por entes subnacionais no âmbito de operações de crédito externas e internas garantidas, ocorridas no período de 01/01/2025 a 31/12/2025.

4. Os registros contábeis correspondentes às garantias concedidas pela União estão identificados no SIAFI, na gestão “Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social”, por meio dos seguintes grupos de contas contábeis:

a) Garantias concedidas em operações de crédito para estados no Regime de Recuperação Fiscal – RRF:

- 2.1.7.7.1.05.01 para provisões de curto prazo;
- 2.2.7.7.1.05.01 para provisões de longo prazo.

As garantias concedidas em operações de crédito para estados no RRF também estão registradas nas seguintes contas contábeis:

- 8.9.9.9.1.33.01 para provisões de garantias internas; e
- 8.9.9.9.1.33.02 para provisões de garantias externas.

b) Demais garantias:

- 8.1.2.1.1.01.04 para garantias concedidas em operações de crédito internas;
- 8.1.2.1.1.02.04 para garantias concedidas em operações de crédito externas.

5. Por sua vez, a contabilização correspondente às contragarantias recebidas pela União está registrada na gestão “Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social”, de acordo com os seguintes grupos de contas contábeis:

- 8.1.1.1.1.03.04 para contragarantias referentes a operações de crédito internas;
- 8.1.1.1.1.04.04 para contragarantias referentes a operações de crédito externas.

6. Conforme disposto no Manual de Demonstrativos Fiscais, os saldos de garantias e contragarantias em operações de crédito compõe o Demonstrativo das Garantias e Contragarantias de Valores do Relatório de Gestão Fiscal e são classificados por tipo de mutuário (estados, municípios e entidades controladas) e por tipo de dívida (externa ou interna).

7. As taxas de câmbio utilizadas para apuração de valores em reais do saldo garantido pela União em operações de crédito em moeda estrangeira foram as de 31/12/2025 (PTAX de venda do fechamento).

8. Ao final do 3º Quadrimestre de 2025, o saldo da dívida garantida em operações de crédito alcançou R\$ 336,65 bilhões. A dívida garantida em operações de crédito externas responde por R\$ 183,32 bilhões, equivalente a 54,45% do total. A dívida garantida em operações de crédito internas representa R\$ 153,33 bilhões, 45,55% do total.

9. Em comparação com o quadrimestre anterior, o saldo devedor das garantias em operações de crédito (Interna e Externa) apresentou um aumento no valor de R\$ 18,69 bilhões (5,88%), conforme apresentado no Anexo I desta Nota.

10. Na apuração do saldo garantido em operações de crédito internas, verificou-se um aumento de R\$ 15,61 bilhões (11,34%) em relação ao último quadrimestre. O saldo das garantias em operações de crédito externas sofreu um aumento de R\$ 3,07 bilhões (1,71%) durante o 3º Quadrimestre de 2025.

11. A diferença entre os saldos de garantias concedidas e de contragarantias recebidas pela União se deve a ocorrências de dispensa de contragarantia previstas nos normativos vigentes. É o caso das operações de empresas públicas, cujo capital pertence integralmente à União, conforme prevê o art. 40, parágrafo primeiro, da Lei de Responsabilidade Fiscal.

12. Assim, para a apuração do saldo de contragarantias referentes a operações de crédito garantidas pela União, deduziu-se do saldo garantido original o saldo referente àquelas operações de crédito enquadradas no caso de dispensa de contragarantias elencado acima.

13. Em atenção às determinações contidas no Acórdão nº 1.051/2007 do Tribunal de Contas da União — TCU, apresenta-se, no Anexo II, a tabela “Garantias Externas – Razões para Dispensa de Contragarantias”, atualizada de acordo com padrão fixado pelo TCU. No mesmo anexo, são listados os casos de dispensa de contragarantias em operações de crédito internas.

LRF, art.55, inciso I, alínea "c" e art. 40, §1

Valores em Reais 1,00

DISPENSA DE CONTRAGARANTIA DECONTRATOS EXTERNOS	Data de assinatura	Moeda de Origem	Valor Contratado de Origem	SD Exercício Anterior	1º Quadrimestre	2º Quadrimestre	3º Quadrimestre
Externa				22.140.838.643,39	19.914.586.933,06	20.367.669.725,64	22.193.833.628,26
CONTRATOS SOB A VIGÊNCIA DA LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL (LRF) - LC Nº 101, DE 04.05.2000				22.140.838.643,39	19.914.586.933,06	20.367.669.725,64	22.193.833.628,26
Obrigação de vincular contragarantias com dispensa para entidades do próprio Ente							
BID1608/OC-BR	23/09/05	USD	1.000.000.000,00	387.018.750,00	176.900.000,00	169.575.000,00	-
BID1860/OC-BR	19/10/07	USD	1.000.000.000,00	1.161.056.250,00	884.500.000,00	847.875.000,00	687.800.000,00
BID2023/OC-BR	19/03/09	USD	1.000.000.000,00	1.569.571.875,04	1.395.174.999,99	1.395.175.000,01	1.220.778.124,99
BID2236/OC-BR	13/12/10	USD	1.000.000.000,00	1.965.600.000,03	1.965.599.999,96	1.801.800.000,04	1.638.000.000,02
BID3866/OC-BR	10/11/17	USD	750.000.000,00	3.980.764.285,61	3.537.999.999,89	3.391.499.999,89	3.340.742.857,02
BID4672/OC-BR	11/12/20	USD	750.000.000,00	4.644.225.000,00	4.245.600.000,00	4.069.800.000,00	4.126.800.000,00
BID5115/OC-BR	05/06/23	USD	750.000.000,00	4.644.225.000,00	4.245.600.000,00	4.069.800.000,00	4.126.800.000,00
NDB - 20BR04	06/12/2023	USD	1.200.000.000,00	1.876.266.900,00	1.715.222.400,00	1.644.199.200,00	2.657.659.200,00
NDB - 21BR02	06/12/2023	USD	500.000.000,00	1.865.430.375,00	1.705.316.000,00	1.634.703.000,00	1.657.598.000,00
FIDA2000003939	24/10/2023	USD	30.000.000,00	11.653.283,18	10.653.053,86	10.211.936,73	10.354.961,06
FIDA2000003940	24/10/2023	USD	65.000.000,00	35.026.924,53	32.020.479,36	30.694.588,97	31.124.485,17
BID5452/OC-BR	01/07/2025	USD	240.000.000,00	-	-	1.302.336.000,00	1.320.576.000,00
BID5453/TC-BR	01/07/2025	USD	10.000.000,00	-	-	-	-
JICA BZ-P21	23/06/2025	JPY	30.000.000.000,00	-	-	-	-
BID5976/OC-BR	10/11/2025	USD	750.000.000,00	-	-	-	1.375.600.000,00
Interna				2.184.892.889,97	2.117.502.543,37	2.053.818.551,29	11.990.158.042,80
CONTRATOS SOB A VIGÊNCIA DA LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL (LRF) - LC Nº 101, DE 04.05.2000				2.184.892.889,97	2.117.502.543,37	2.053.818.551,29	11.990.158.042,80
Obrigação de vincular contragarantias com dispensa para entidades do próprio Ente							
BNDES - 2010578	14/04/10	R\$	5.916.460.013,00	469.870.348,54	452.731.337,73	436.341.970,90	419.904.170,10
BNDES - 2010589	30/11/10	R\$	4.000.000.000,00	1.715.022.541,43	1.664.771.205,64	1.617.476.580,39	1.570.253.872,70
BB-ITAU-BRADESCO-SANTANDER-CAIXA - CORREIOS - 20251120	26/12/2025	BRL	12.000.000.000,00	-	-	-	10.000.000.000,00
TOTAL INTERNA E EXTERNA				24.325.731.533,36	22.032.089.476,43	22.421.488.276,93	34.183.991.671,06

14. A Instrução Normativa nº 59 do TCU, aprovada em 12/8/2009, determina a divulgação de todas as operações de crédito externas, com garantia da União, contratadas ao longo do período de referência do Relatório de Gestão Fiscal. As operações de crédito externas, garantidas pela União, contratadas ao longo de 2025 são elencadas no Anexo III.

Fonte: PGFN-COF

ANO	CONTRATO	CREDOR	MUTUÁRIO	DATA DE ASSINATURA	MOEDA DE ORIGEM	VALOR	Descrição
2025	CFA012565	CAF	Mun. Salvador/BA	14/03/25	USD	125.000.000,00	Programa de Inclusão Social e Territorial de Salvador/BA
2025	BIRD9467-BR	BIRD	Banco do Brasil	21/03/25	USD	500.000.000,00	Investimentos em soluções financeiras que contribuam para a mitigação das mudanças climáticas.
2025	CFA012596	CAF	Mun. Uberaba/MG	16/04/25	USD	72.000.000,00	Programa de Desenvolvimento Urbano e Recursos Hídricos - DESENVOLVE UBERABA.
2025	BID5873/OC-BR	BID	Mun. São Paulo/SP	23/04/25	USD	60.000.000,00	Programa A Educação Paulistana Pode Mais
2025	BID5868/OC-BR	BID	Est. Tocantins	13/05/25	USD	42.500.000,00	Projeto de Modernização da Gestão Fiscal do Estado de Tocantins - PROFISCO II TO
2025	NDB 00110	NDB	Est. Paraíba	19/05/25	USD	60.949.600,00	Projeto de Infraestrutura Hídrica na Paraíba - Sistema Adutor Transparaíba - Ramal Curimataú
2025	NDB 00111	NDB	Mun. Serra/ES	12/06/25	USD	57.600.000,00	Programa de requalificação sustentável para o desenvolvimento e a mobilidade urbana - Requalifica Serra
2025	JICA BZ-P21	JICA	BNDES	23/06/25	JPY	30.000.000.000,00	Projeto de Apoio Emergencial em Resposta à Crise da COVID-19
2025	BID5452/OC-BR	BID	BNDES	01/07/25	USD	240.000.000,00	Programa BID-BNDES de Fin. à Rec. Sustentável e Produtiva das Micro, Pequenas e Médias Empresas (MPMEs)
2025	BID5453/TC-BR	BID	BNDES	01/07/25	USD	10.000.000,00	Programa BID-BNDES de Fin. à Rec. Sustentável e Produtiva das Micro, Pequenas e Médias Empresas (MPMEs)
2025	BID5975/OC-BR	BID	Est. Pernambuco	24/07/25	USD	32.800.000,00	Projeto de Transformação Digital da Justiça do Estado de Pernambuco
2025	BIRD9678-BR	BIRD	Est. Pernambuco	29/07/25	USD	90.000.000,00	Projeto de Saneamento Rural de Pernambuco - PROSAR-PE. Lei nº 18.730, de 02/12/2024
2025	Fonplata BRA-43/2024	FONPLATA	Mun. São José/SC	19/09/25	USD	43.200.000,00	Programa de Implantação da Avenida Beira Mar de São José/SC
2025	BIRD9724-BR	BIRD	Est. Bahia	22/09/25	USD	150.000.000,00	Programa de Manutenção Proativa e Resiliência das Rodovias do Estado da Bahia - Pro-Rodovias
2025	BID5810/OC-BR	BID	Est. Pará	06/10/25	USD	100.000.000,00	Projeto de Ampliação e Mod. da Infraestrutura e da Oferta Educacional para Garantia do Direito de Aprender no Pará
2025	BIRD9810-BR	BIRD	Est. Bahia	10/10/25	USD	200.000.000,00	Programa de Infraestrutura Sustentável do Estado da Bahia - Bahia Sustentável
2025	BIRD9738-BR	BIRD	Est. Bahia	10/10/25	USD	100.000.000,00	Programa de Desenvolvimento Rural Sustentável do Estado da Bahia - Fase II
2025	Fonplata BRA-49/2025	FONPLATA	Mun. Arapiraca/AL	13/10/25	USD	40.000.000,00	Programa de Mobilidade e Desenvolvimento Socioambiental de Arapiraca
2025	BIRD9798-BR	BIRD	Est. Alagoas	14/10/25	JPY	41.623.036.649,00	Programa de sustentabilidade fiscal, econômica e ambiental do Estado de Alagoas
2025	BIRD9786-BR	BIRD	Est. Espírito Santo	15/10/25	USD	162.400.000,00	Programa Brasileiro de Gestão de Ativos Rodoviários Proativo, Inclusivo, Seguro e Resiliente do Espírito Santo
2025	BID5625/OC-BR	BID	Est. São Paulo	29/10/25	USD	110.000.000,00	Programa Desenvolve SP - Infraestruturas Sustentáveis
2025	BID5976/OC-BR	BID	BNDES	10/11/25	USD	750.000.000,00	PRO-AMAZÔNIA - Programa BID-BNDES de Acesso ao Crédito para MPMEs e Pequenos Empreendedores
2025	BIRD9793-BR	BIRD	Est. Sergipe	25/11/25	USD	53.600.000,00	Programa Sergipe Digital, Conectado e Sustentável - CONECTA-SE
2025	Fonplata BRA-48/2025	FONPLATA	Mun. Feira de Santana/BA	10/12/25	USD	64.000.000,00	Programa de Drenagem Urbana Sustentável e Mobilidade Eficiente de Feira de Santana
2025	BIRD9811-BR	BIRD	Est. Pernambuco	22/12/25	USD	275.000.000,00	Programa de Sustentabilidade Fiscal, Econômica e Ambiental do Estado de Pernambuco
2025	BIRD9797-BR	BIRD	Est. Santa Catarina	23/12/25	USD	120.000.000,00	Programa de Desenvolvimento Sustentável da Agricultura Familiar da Santa Catarina: Resiliência Ambiental, Inovação e Inclusão Social no Espaço Rural
2025	BID6035/OC-BR	BID	Est. Ceará	30/12/25	USD	80.000.000,00	Programa de Modernização da Gestão Fiscal do Estado do Ceará - PROFISCO III - CE
2025	BIRD9795-BR	BIRD	Est. Santa Catarina	30/12/25	USD	300.000.000,00	Programa de Recuperação e Manutenção Segura e Resiliente de Rodovias Estaduais (Estrada Boa)
2025	BIRD9812-BR	BIRD	Est. Rio Grande do Sul	30/12/25	USD	359.633.746,00	Programa de Apoio ao Des. e à Resiliência Social, Amb. e Fiscal do Rio Grande do Sul - Pró-Resiliência RS
2025	BIRD9787-BR	BIRD	Est. Rio Grande do Sul	30/12/25	USD	50.000.000,00	Programa de Sustentabilidade Fiscal, Eficiência e Eficácia do Gasto Público do Estado do Rio Grande do Sul

15. Conforme estabelecido no art. 4º, inciso II, alínea b, da Instrução Normativa nº 59 do TCU, aprovada em 12/8/2009, informamos que, no período de referência deste Relatório de Gestão Fiscal, a União realizou pagamentos referentes a honras de garantias concedidas em operações de crédito externas e internas, cujos montantes estão relacionados no Anexo IV desta Nota.

Mutuário	2016-2020	2.021	2.022	2.023	2.024	2.025	Em milhões de R\$ Total
Estados	32.814,24	8.963,28	9.750,86	12.210,60	11.312,43	10.951,09	86.002,50
Rio de Janeiro	22.538,07	4.180,46	3.975,34	4.611,02	5.152,49	4.692,83	45.150,21
Minas Gerais	7.036,99	3.130,04	1.979,04	3.564,48	3.732,68	3.552,09	22.995,33
Goiás	1.356,92	1.301,48	1.288,31	919,35	903,10	888,06	6.657,21
Rio Grande do Sul	-	-	886,57	1.393,37	1.524,07	1.591,91	5.395,92
Maranhão	280,16	-	547,90	681,40	-	-	1.509,47
Pernambuco	354,85	-	443,86	645,03	-	-	1.443,73
Piauí	189,20	-	352,16	334,22	-	-	875,58

Rio Grande do Norte	287,69	156,98	35,11	-	-	226,19	705,97
Amapá	172,44	194,32	-	-	-	-	366,76
Alagoas	-	-	242,57	-	-	-	242,57
Bahia	239,80	-	-	-	-	-	239,80
Roraima	135,58	-	-	-	-	-	135,58
Mato Grosso	107,13	-	-	-	-	-	107,13
Tocantins	88,86	-	-	-	-	-	88,86
Espírito Santo	-	-	-	61,72	-	-	61,72
Mato Grosso do Sul	25,60	-	-	-	-	-	25,60
Paraíba	0,65	-	-	-	-	-	0,65
São Paulo	0,29	-	-	-	-	-	0,29
Acre	-	-	-	-	0,10	-	0,10
Municípios	131,45	1,56	32,06	80,81	142,14	130,47	518,50
Taubaté - SP	-	-	32,06	65,50	73,44	64,73	235,74
Natal - RN	61,41	-	-	-	-	-	61,41
São Gonçalo do Amarante - RN	-	-	-	-	7,95	29,76	37,71
Caucaia - CE	-	-	-	-	35,93	-	35,93
São Bernardo do Campo - SP	30,10	-	-	-	-	-	30,10
São José dos Campos - SP	-	-	-	-	24,41	-	24,41
Sobral - CE	-	-	-	-	-	19,70	19,70
Corumbá - MS	-	-	-	15,07	-	-	15,07
Goiânia - GO	11,95	-	-	-	-	-	11,95
Parauapebas - PA	-	-	-	-	-	9,64	9,64
Novo Hamburgo - RS	8,10	-	-	-	-	-	8,10
Belford Roxo - RJ	6,37	1,56	-	-	-	-	7,93
Chapecó - SC	6,03	-	-	-	-	-	6,03
Cachoeirinha - RS	5,82	-	-	-	-	-	5,82
Iguatu - CE	-	-	-	-	-	4,59	4,59
Rio Grande - RS	1,68	-	-	-	-	-	1,68
Santanópolis - BA	-	-	-	0,24	0,41	0,87	1,53
Porto Nacional - TO	-	-	-	-	-	0,59	0,59
Paraná - TO	-	-	-	-	-	0,58	0,58
Total Geral	32.945,69	8.964,84	9.782,93	12.291,41	11.454,57	11.081,56	86.521,00

16. Feitas tais considerações, sugerimos o encaminhamento da presente Nota e anexos para providências da Coordenação-Geral de Contabilidade da União – CCONT.

Os valores acima podem diferir do Anexo 3 publicado neste Relatório, porque não estão computados os valores de Garantias por meio de Fundos e Programas no anexo encaminhado pela Coordenação-Geral de Controle da Dívida (CODIV). Além disso, até recentemente, como foi o caso do exercício de 2018, aquela Coordenação-Geral agregava aos seus valores informações encaminhadas pelas entidades posteriormente ao fechamento do mês no SIAFI, diferindo deste demonstrativo, que leva em consideração exatamente os saldos no sistema até o fechamento do quadrimestre.